

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.733 - SP
(2019/0012626-0)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : CEMPARTY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES
LTDA
ADVOGADO : LEANDRO MANZ VILLAS BOAS RAMOS - SP246728
AGRAVADO : SUZANNA NAMI HADDAD ZUGAIB
AGRAVADO : PAULO ANDRE JORGE ZUGAIB
AGRAVADO : VALERIA SUZANA ZUGAIB
AGRAVADO : JULIANA SAIDE ZUGAIB
AGRAVADO : ANA CAROLINA ZUGAIB
ADVOGADOS : LEANDRO ALEX GOULART SOARES - SP259440
JOAO LUIS HAMILTON FERRAZ LEAO E OUTRO(S) -
SP152057

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto pela CEMPARTY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, em face de decisão assim ementada (fl. 258, e-STJ):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 2015. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA. REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES COMPROVADOS. ENTENDIMENTO DIVERSO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 283/STF. RAZÕES DO APELO NOBRE QUE NÃO INFIRMOU FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DO IMPEDIMENTO DA SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Nas razões recursais (fls. 266-282, e-STJ), a parte agravante postulou a reforma da decisão agravada, pugnando pela inaplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ, haja vista que a irresignação explicitada no recurso especial diz respeito à questão eminentemente de direito, na medida em que a agravante se

Superior Tribunal de Justiça

volta contra a desconsideração da sua personalidade jurídica para inclusão de seus sócios em demanda na qual esses não seriam parte, bem como em razão de que a Corte local concluiu ser desnecessário comprovar eventual confusão patrimonial e abuso da personalidade jurídica para decidir pelo deferimento da medida excepcional, motivo pelo qual se afrontou o regramento previsto no art. 50 do Código Civil.

Asseverou, ainda, que não há que se falar que o apelo nobre violaria a Súmula 283/STF, uma vez que, diferentemente do consignado pelo relator, a instância de origem jamais teceu qualquer consideração sobre a insuficiência do valor do imóvel, haja vista que a sua avaliação sequer foi realizada, por inércia dos próprios agravados.

Impugnação apresentada às fls. 285-301, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Há necessidade de conversão do agravo em recurso especial para melhor exame da controvérsia.

Ante o exposto dou provimento ao presente agravo, determinando sua conversão em recurso especial.

Após a regularização do novo registro, retornem os autos conclusos para julgamento.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator